

Entenda os conflitos que motivam a saída dos refugiados de seus países

O fenômeno, que há muito tempo vem preocupando os países empenhados em controlar os fluxos migratórios, assumiu uma dimensão excepcional nos últimos dois anos. Depois que 280 mil pessoas entraram ilegalmente na União Europeia em 2014, 365 mil outras fizeram o mesmo nos oito primeiros meses de 2015.

Esse número vem sofrendo um crescimento exponencial principalmente devido à guerra na Síria. Os sírios de fato representavam sozinhos 27,9% dessas entradas em 2014 (ou seja, 79 mil pessoas), à frente dos eritreus (34.500 pessoas, ou 12,2%), dos afegãos e dos kosovares (22 mil pessoas de cada uma dessas nacionalidades, ou 7,8% cada). Assim, quase metade dos migrantes vieram da Síria, da Eritreia e do Afeganistão, todos países em guerra ou sob algum regime ditatorial.

Em 2015, os sírios representavam até o final de agosto 30,9% das chegadas "clandestinas" (ou seja, 87.500 pessoas), à frente dos afegãos (39 mil pessoas ou 13,8%) e dos kosovares e dos eritreus (24 mil pessoas para cada uma dessas nacionalidades, ou 8,5% cada).

Mas por que esses migrantes estão fugindo de seus países? Guerra, motivos econômicos (fuga da miséria em busca de uma vida melhor)... É extremamente difícil dissociar entre todos os migrantes os futuros "refugiados" (que tenham obtido esse status definido pela Convenção de Genebra de 1951) dos migrantes econômicos, que não necessariamente pedirão asilo.

A seguir, um apanhado dos principais países de origem dos migrantes e refugiados na União Europeia:

Síria: uma guerra total

A terrível guerra civil que está em curso estourou em 2011, após manifestações de oposição ao regime. Os protestos contra o estado de emergência, que estava em vigor desde 1963 e proibia qualquer tipo de manifestação, foram reprimidos de forma brutal pelo exército de Bashar al-Assad. Mais de quatro anos depois, o conflito está mais do que estagnado. Ou melhor, os conflitos. Tanto entre o Exército, às vezes apoiado pelo Hezbollah libanês, e os rebeldes, como também entre os diferentes grupos rebeldes (os moderados do Exército Sírio Livre, ligados ao Conselho Nacional Sírio, os jihadistas do Estado Islâmico ou da Frente Al-Nusra ligada à Al-Qaeda), entre os curdos e o Estado Islâmico.

A guerra, que no início ainda poupava certas regiões, como a capital Damasco, agora é total. Ela causou a morte de mais de 240 mil pessoas e desalojou quase 12 milhões de pessoas – de um total de 23 milhões de habitantes, ou seja, mais da metade da população inicial. O país não tem mais uma atividade normal, está em situação humanitária e econômica catastrófica e há um número cada vez maior de pessoas que, após quatro anos de guerra, decidiram deixar o território.

A situação no país é tão catastrófica que a Agência das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) agora está concedendo automaticamente o status de "refugiado" a qualquer pessoa que esteja fugindo da Síria – sendo que normalmente esse é um processo individual - , independentemente de seu grupo étnico, de sua religião ou de suas opiniões políticas.

Eritreia: um regime totalitário

A situação da Eritreia não é tão conhecida. Ela não é somente um país em desenvolvimento, cujo PIB ocupa a 168ª posição no ranking mundial (entre mais de 220) e cujos habitantes poderiam "simplesmente" buscar uma vida melhor. É também, e sobretudo, a pior ditadura do continente africano, com um regime totalitário que desenvolveu uma vigilância em massa da população e uma repressão sistemática contra qualquer tipo de protesto. A "Coreia do Norte" africana é dirigida por Issayas Afeworki, ex-herói da guerra da independência contra a Etiópia, conquistada em 1993.

Os milhares de eritreus que estão conseguindo fugir do país precisam enfrentar inúmeros riscos, a começar por uma polícia que tem por missão "atirar para matar" nas fronteiras e penalizar duramente as famílias daqueles que se atreverem a partir.

Afeganistão: uma guerra civil que não acaba

Ao contrário do que se possa imaginar, não é porque a maior parte das forças da Otan deixou o país (em 2013, no caso das tropas combatentes francesas, e no final de 2014, no caso dos britânicos e dos norte-americanos) que o país hoje está mais seguro. Pelo contrário. Os combates entre os grupos rebeldes e o Exército se intensificaram e os atentados se multiplicaram, provocando um aumento significativo do número de vítimas civis no decorrer do primeiro semestre de 2015, segundo um relatório da ONU.

"O aumento no número de mulheres e de crianças mortas e mutiladas em ações ligadas ao conflito é especialmente preocupante", declarou Danielle Bell, diretora de direitos humanos da Missão de Assistência das Nações Unidas no Afeganistão (Manua). Essa violência provavelmente tem algo a ver com o recrudescimento da chegada dos afegãos à Europa desde 2014 (22.132 registrados pela agência europeia Frontex) em relação a 2013 (9.494).

Líbia: um país fragmentado

Embora tenha permitido derrubar um dos piores ditadores do continente africano, Muammar Gaddafi, a revolução ocorrida na Líbia em 2011, apoiada por ataques aéreos internacionais, também mergulhou o país em um caos cujo fim não parece estar próximo.

O território agora está dividido entre as diferentes facções e sobretudo dois governos rivais. De um lado, o Congresso Geral Nacional (CGN), eleito na primeira eleição democrática do país realizada em julho de 2012 e dominado pelos islamitas. Do outro, a Câmara dos Representantes,

que deveria substituir o CGN após as eleições legislativas de junho de 2014, mas cuja legitimidade é contestada pelos islamitas, reforçados por uma decisão do Supremo Tribunal do país que anulou as eleições de junho.

A divergência levou ao conflito armado. A capital, Trípoli, caiu nas mãos de milícias islamitas armadas durante o verão de 2014, obrigando a Câmara dos Representantes, reconhecida pela comunidade internacional, a se exilar em Tobruk, no leste do país. Há negociações em andamento para se chegar a um acordo de paz. Além disso, há o domínio cada vez maior do Estado Islâmico, que se opõe aos islamitas do CGN, bem como às máfias e aos vários outros tráficos... A instabilidade do país contribui para torná-lo o ponto de concentração da emigração africana para a Europa.

Previdência

População idosa cresce no Brasil acima da média mundial e impacta Previdência

Inferior a 10% durante todo o século 20, a proporção de idosos na população brasileira costumava ser equivalente à de países menos desenvolvidos. Na última década, porém, este perfil começou a mudar rapidamente. Ou seja,

o Brasil está envelhecendo. O cenário é apontado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) na SIS (Síntese de Indicadores Sociais) 2016, análise anual das condições de vida do brasileiro, divulgada nesta sexta-feira (2).

Entre 2005 e 2015, a proporção de pessoas com mais de 60 anos de idade cresceu em velocidade superior à da média mundial, saindo de 9,8% para 14,3%. O relatório assinala que o país está se aproximando da taxa projetada em países desenvolvidos.

A maior participação de idosos na população brasileira tem impacto na Previdência. A análise destaca ainda que 75,6% das pessoas com 60 anos ou mais eram aposentados e/ou pensionistas em 2015. E os efeitos também podem ser vistos nos indicadores socioeconômicos.

Nesta quinta (1º), o presidente Michel Temer afirmou que a **reforma da Previdência será enviada ao Congresso Nacional na próxima semana**. Segundo Temer, o déficit da Previdência Social é de quase R\$ 100 bilhões neste ano e a projeção é de que seja de R\$ 140 bilhões para o ano que vem.

De acordo com a ONU (Organização das Nações Unidas), idosos representavam 12,3% da população global no ano passado. Segundo projeção da entidade, este indicador deve dobrar em 55,8 anos.

Espera-se, conforme a mesma projeção, que a população mais velha do Brasil dobre em 24,3 anos. Nessa estimativa, em 2015, o país teria 11,7% de idosos, 2,6 pontos percentuais abaixo do apontado pelos dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) do ano passado, principal fonte de informação da SIS 2016.

O relatório do IBGE também se baseia em outras pesquisas como o Censo Demográfico de 2010 e bases de dados de ministérios como o da Educação, Saúde e Trabalho.

Vulnerabilidade monetária

Considerando o rendimento familiar *per capita* em todo o país, independentemente de faixa etária, o de pouco mais de um quinto (21,3%) dos grupos --famílias ou não-- que moram em domicílios particulares foi inferior a meio salário mínimo em 2015.

Quando há a presença de ao menos uma pessoa de 0 a 14 anos de idade, este indicador sobe para 37,8%. Já nos "arranjos" em que há pelo menos um idoso, a proporção "foi significativamente inferior" (11%), destaca a SIS 2016.

O relatório conclui que "a menor vulnerabilidade monetária dos idosos, e dos familiares que residem com eles, estaria associada ao recebimento destes benefícios".

Na análise da inserção deste grupo no mercado de trabalho, algumas mudanças ficaram evidentes entre 2005 e 2015: houve queda de 62,7% para 53,8% na proporção de pessoas com 60 anos ou mais que estavam empregadas e recebiam aposentadoria. O nível de ocupação dos idosos, no geral, também caiu, de 30,2% para 26,3% nesta década.

O relatório destaca ainda uma característica que pode ajudar a explicar a redução: os idosos são "o grupo etário a partir de 15 anos de idade com a menor média de anos de estudo entre a população ocupada". Dentre as pessoas empregadas em 2015 de 15 a 29 anos de idade, a média de anos de estudo era de 10,1; entre as de 30 a 59 anos, 8,9; de 60 anos ou mais, 5,7.

Outro dado é revelador: 65,5% dos idosos empregados tinham como nível de instrução o ensino fundamental incompleto, "o que desnuda uma inserção em postos de trabalho que exigem menor qualificação".

"Além disso, verificou-se que os idosos têm a inserção mais precoce no mercado de trabalho, com 24,7% dos ocupados tendo começado a trabalhar com menos de 9 anos de idade e 43% com 10 a 14 anos de idade, lembrando que o trabalho para os menores de 14 anos é proibido pelas leis atualmente em vigor", acrescenta.

Idosos e saúde

Os idosos brasileiros são proporcionalmente a parcela de população que mais faz uso dos serviços de saúde. Citando a PNS (Pesquisa Nacional de Saúde) realizada pelo IBGE em 2013, é essa a conclusão apresentada pela SIS 2016.

A pesquisa em questão investigou o percentual de pessoas que haviam procurado atendimento nas duas semanas anteriores à data do levantamento. Dentre as pessoas com 60 anos ou mais, esta proporção foi de 25%. Todas as outras faixas etárias foram menores: 30 a 59 anos (16,4%); 15 a 29 anos (10,9%); e 0 a 14 anos (12,6%). Considerando toda a população, a taxa foi de 15,3%.

O levantamento também perguntou se as pessoas haviam se internado em hospitais por 24 horas ou mais nos 12 meses anteriores. Neste caso, a diferença proporcional também é significativa. Enquanto 10,2% dos idosos responderam positivamente ao questionamento, o percentual total foi de 6%.

Outro dado destacado pela pesquisa mostra que os idosos residentes na região Centro-Oeste foram os que menos conseguiram atendimento na primeira vez em que tentaram. São ainda os que mais se sentiram discriminados no serviço de saúde.

Afinal, a previdência é deficitária ou não?

(fonte: <http://jornalggm.com.br/noticia/afinal-a-previdencia-e-deficitaria-ou-nao>)

Lilian Milena

Especialista se dividem sobre o tema, mas todos concordam com a necessidade de reformas

Jornal GGN - Há anos se discute a necessidade de uma reforma da previdência, principalmente porque o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ligado ao Ministério da Previdência, estaria acumulando um déficit orçamentário, ano após ano.

Entretanto, existem grupos da sociedade civil que rebatem a teoria do déficit, argumentando que a situação é exatamente inversa, ou seja, que o sistema de seguro social ligado à previdência é superavitário. A Fundação ANFIP (Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal

do Brasil) é um desses grupos, e segundo estudo divulgado pela entidade o superávit foi de R\$ 76,2 bilhões, em 2013. Já o poder executivo informou que, no mesmo ano, houve déficit de mais de R\$ 83 bilhões no pagamento de aposentadorias e benefícios de seguro social.

Olhando para esses números podemos considerar, no mínimo, que existe uma certa diferença de metodologia entre os cálculos da ANFIP e do poder Executivo. O governo leva em consideração apenas uma fonte de custeio que é a contribuição previdenciária sobre a folha de pagamento e todas as despesas com o pagamento dos benefícios sociais.

Em seu Art. 194, a Constituição Federal define que a Seguridade Social integra a segurança de direitos à Saúde, Previdência e Assistência Social. O orçamento da seguridade social integra, também por norma, a Lei de Orçamento Anual (LOA), com receitas próprias que não podem ser destinadas para outras ações.

Dessa forma, os grupos que defendem que a previdência acumula um superávit (e não déficit) observam que hoje são muitas as fontes que sustentam a Seguridade Social. Durante o programa de debates **Brasilianas.org** (TV Brasil), a vice-presidente do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário, Adriane Ladenthin, destacou essa questão e criticou as recentes Medidas Provisórias (nº 664 e 665), que mudaram algumas regras do pagamento de aposentadorias e seguros sociais.

"Essa seguridade social é financiada por toda a sociedade de forma direta e indireta", frisou. A representante dos aposentados compreende que é importante pensar em reformas no sistema mas, principalmente, para evitar fraudes.

"A Constituição Federal de 1988, trouxe uma gama de direitos sociais. No início não tínhamos orçamento para atender esses direitos que nunca tivemos em outros tempos. Esse é um processo em construção, de avanço paulatino, que ocorrerá conforme a ampliação da arrecadação". Adriane reforça que, hoje, a previdência cobre 25 milhões de brasileiros. "Temos municípios que sobrevivem desse benefício", arremata.

Separar ou juntar?

O professor da PUC de São Paulo, e especialista em Direito Processual Administrativo Previdenciário, Wagner Balera, também convidado para o debate, pondera que os demais serviços da assistência, como Bolsa Família e gastos com saúde deveriam ser, "exclusivamente, financiados pela receita de impostos". Para o professor, o problema do estado é jogar o

pagamento desses gastos nas “costas largas da seguridade”, desestabilizando o financiamento do INSS.

“É um mérito importante que exista o atendimento da população mais carente, e tomara que [essas políticas] sejam mantidas, mas com outras fontes de financiamento”, completa.

O mestre em economia pela Universidade de Brasília, especialista no tema, Pedro Nery Ferreira, criticou a crença de superávit da previdência. “A questão [que se prega] da falácia do déficit previdenciário, não explica o que a gente vai fazer com a transição demográfica, tão forte que iremos sofrer nos próximos anos”, salienta.

Assim como Balera, Nery Ferreira também defende a separação das contas. “O déficit do INSS hoje é de R\$ 55 bilhões e, por mais que uma ou outra conta seja incluída como conta do INSS, a verdade é que vamos passar por uma transição demográfica muito dura. Hoje temos um idoso no Brasil para cada nove pessoas em idade ativa. Em algumas décadas essa razão cairá para apenas duas pessoas a cada idoso, e as [várias] contribuições que estamos falando para a seguridade não vão poder responder a isso. A demografia é muito mais dinâmica do que [a criação ou o aumento] dos nossos impostos”, avalia.

O professor Wagner Balera destaca que não há como fugir da necessidade de se discutir uma reforma. Se levarmos em consideração, ainda, os exemplos de outros países, sobretudo os europeus, que iniciaram reformas previdenciárias significativas a partir dos anos 1980, veremos que todos levam em consideração o aumento da idade de tempo de serviço.

“No Reino Unido, por exemplo, considerado um modelo de previdência, inclusive para o Brasil, a idade mínima [para um homem se aposentar] era de 65 anos. Hoje está em 68 anos, e ano que vem irá para 69 anos, porque as pessoas estão vivendo mais tempo e com mais qualidade de vida. A lógica é: se vai receber [aposentadoria] por mais tempo, então terá que trabalhar mais tempo”, observa o especialista.

Nery Ferreira, que também trabalha como consultor legislativo no Senado, aponta que os parlamentares, ao contrário do que alguns imaginam, são muito sensíveis à ampliação da cobertura da previdência e assistência social.

“A Medida Provisória 664 [debatida no Senado] recebeu 500 emendas, na sua maioria, para afrouxar as novas regras”, confirma. O economista explica que, no geral, os parlamentares querem algo muito difícil: manter a previdência social numa trajetória sustentável, mas isso concedendo mais benefícios”. Por isso ele defende que uma reforma previdenciária seja liderada pelo poder executivo.

Nery Ferreira conclui que o problema de déficit é comum a qualquer esquema de seguridade. Cabe, portanto, à sociedade trabalhar de forma racional a melhor estratégia de sustentabilidade financeira. Alguns especialistas defende, por exemplo, a retirada do benefício de aposentadoria rural da alçada da previdência. Esse não é o caso de Nery, apesar desse benefício ter característica assistencial.

“Falar que o INSS seria superavitário se não fosse esse benefício [rural] é como dizer que um plano de saúde seria superavitário se não tivessem pacientes com câncer. Então, tudo isso faz parte, é intrínseco de qualquer seguro social”.